



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

*As obras h. Pedro Lourenço -
para análise p. jurídica do
processo e dos contratos
para o mesmo ser levado
a cabo. 2024.10.17*

João Soalheiro

João Soalheiro
Presidente
Património Cultural, I.P.

INFORMAÇÃO n.º 7179/DCIC/2024 GOOPORTAL

DATA: 06.08.2024

PROCESSO N.º: DRL-DS/2003/11-06/36454/CL/32 - CS 45521

ASSUNTO: Proposta de abertura de procedimento de classificação do Cemitério Britânico de Lisboa, na Rua de São Jorge, 6, Lisboa, freguesia de Campo de Ourique, concelho e distrito de Lisboa.

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

- **Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro** (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural), nomeadamente o disposto nos artigos 17.º (Critérios genéricos de apreciação), 43.º (Zonas de proteção), 44.º (Defesa da qualidade ambiental e paisagística) e 52.º (Contexto).
- **Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro** (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda), nomeadamente o artigo 43.º, que refere que a zona especial de proteção tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem imóvel classificado, e o artigo 54.º que determina, nomeadamente, o estabelecimento de restrições.
- **Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho** (estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal), que introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

2. ANTECEDENTES

- Em 26.09.2003, deu entrada na Direção Regional de Lisboa (DRL) do ex-IPPAR um requerimento de classificação respeitante ao Cemitério Britânico de Lisboa, subscrito pelo Prof. Doutor Francisco Queiroz. O requerimento, formulado por escrito, fornecia os dados básicos solicitados no então utilizado Requerimento para a Instrução do Processo de Classificação.
- Por despacho de 2.10.2003 do Diretor da DRL o processo foi atribuído ao Dr. Paulo Martins, que, após diversos contactos com a administração do cemitério, solicitando autorização para visita e levantamento fotográfico, efetuou uma visita ao local no dia 10 de abril de 2006.
- Na sequência da visita anterior, foi, por diversas vezes, solicitado à administração do cemitério o envio de documentação relativa à respetiva posse/propriedade, visando dar seguimento ao procedimento. Nenhum destes contactos teve resposta.
- Por despacho de 5.05.2015 do coordenador da Unidade de Coordenação de Classificações da ex-DGPC foi solicitado à signatária que retomasse o processo. Apesar deste despacho, foi superiormente decidido que o procedimento em causa não era prioritário, e deveria aguardar novos desenvolvimentos relativamente à classificação de cemitérios em geral, bem como à situação jurídica deste cemitério em particular.
- No início de 2024, a Chefe da Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo concordou com a retoma do procedimento. Daqui resultou, da parte da signatária, uma solicitação de apoio jurídico endereçada à Chefe da Divisão Jurídica e de Contencioso, visando esclarecimentos acerca da legitimidade de iniciar a instrução de um procedimento de eventual classificação de um imóvel propriedade de um estado estrangeiro. A resposta, na forma da Informação n.º 7/DJC/2024, foi encaminhada para a signatária em 25 de fevereiro de 2024.
- Por permanecerem dúvidas acerca dos procedimentos a desenvolver, foi introduzido no GooPortal em 1.03.2024, e endereçado à Chefe da Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo, novo pedido de apoio jurídico, que não teve seguimento.
- A 12.04.2024 foi enviado por email, através do GooPortal, um ofício dirigido ao administrador do imóvel, solicitando uma visita técnica. Este ofício não teve qualquer resposta em tempo útil, pelo que a signatária procedeu à instrução do dossier (processo) relativo à classificação do Cemitério Britânico de Lisboa recorrendo a uma visita informal, à recolha fotográfica já realizada, e autorizada, em 2006, após confirmação da sua validade, e à documentação publicamente disponível.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

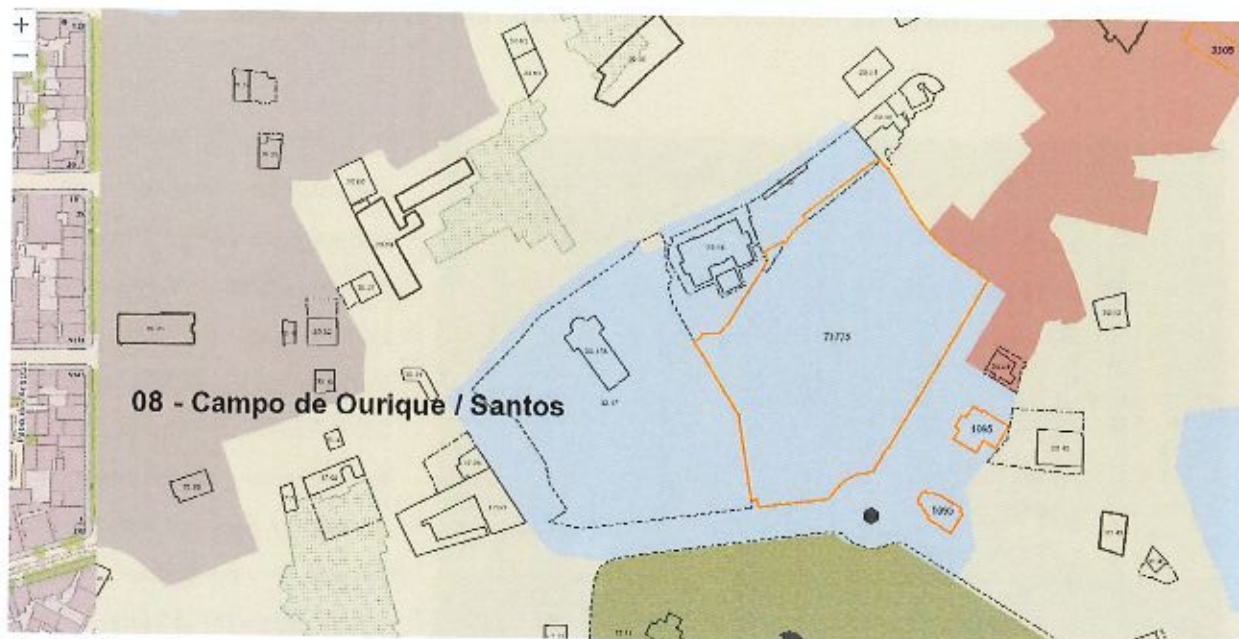


Fig. 2 - PDM em vigor - Planta de Ordenamento - Qualificação do Espaço Urbano.

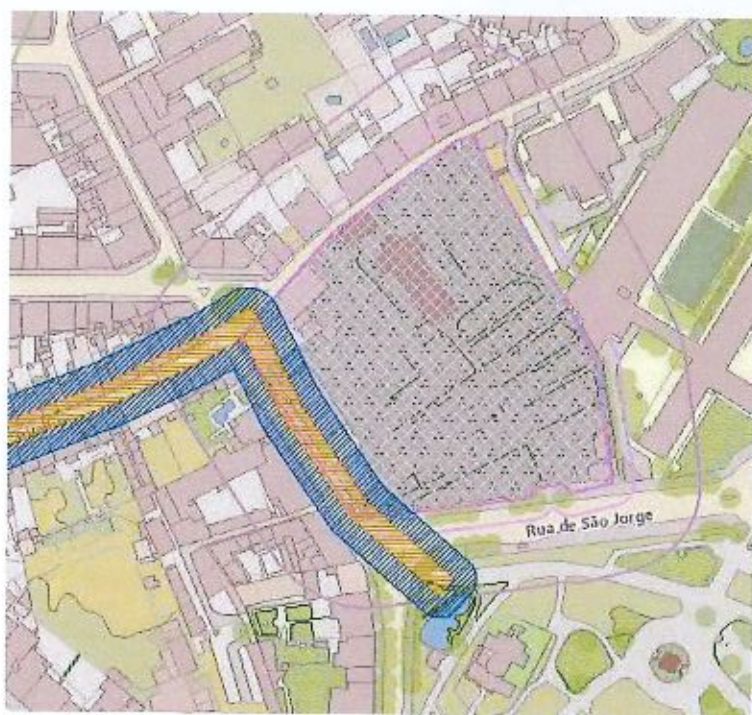


Fig. 3 - PDM em vigor - Planta Condicionantes I.

Encontra-se, ainda, marginalmente abrangido pela zona de Proteção de 10m do Aqueduto das Águas Livres (Fig. 3).

Como os restantes cemitérios de Lisboa, possui zona de proteção de 40m e zona *non aedificandi* de 10m, fixadas a nível municipal.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

4. INSTRUÇÃO¹

As longas relações entre Portugal e Inglaterra tiveram início com o próprio D. Afonso Henriques que, ao recrutar o auxílio de um grupo de cruzados ingleses para o processo de reconquista da cidade de Lisboa, antecipou em 239 anos o Tratado de Windsor, pelo qual foi oficializada a aliança diplomática mais antiga do mundo ainda em vigor.

Desta forma, é possível considerar que existiam súbditos ingleses – possivelmente mercadores, na sua maior parte – a viver em Portugal desde o século XII, sendo certo que a partir do século XIV a sua presença foi-se reforçando. Imediatamente após a capitulação de Lisboa, em 1147, os ingleses receberam do rei garantias de que poderiam praticar livremente os seus costumes e leis no novo reino ibérico, chegando D. Afonso Henriques a fazer de um padre católico inglês, Gilbert de Hastings, o primeiro bispo da diocese restaurada, que terá nela introduzido o breviário de Salisbury, em vigor até 1536.

Este nível de relacionamento, reforçado por alianças estabelecidas em diversos reinados, incluindo o Tratado de Windsor (1386), seguido pelo matrimónio de D. João I com D. Filipa de Lancastre, do qual resultou a seguinte geração de monarcas portugueses, manteve-se até finais do século XVI, mesmo nos anos que se sucederam ao início da Reforma protestante em Inglaterra, apesar das questões colocadas pela rutura com Roma. As verdadeiras dificuldades datam do reinado filipino, resultando, tanto das graves divergências religiosas, como da longa inimizade entre as coroas de Inglaterra e Espanha. Um dos problemas com que se deparava a comunidade inglesa respeitava ao sepultamento dos seus mortos, que passou a ser, geralmente, feito no mar, ou então clandestinamente, durante a noite, em terrenos não consagrados.

Após a Restauração de 1640, e, sobretudo, o Tratado de Haia, assinado em 1641 com a Holanda, que garantia o direito dos holandeses ao exercício da sua religião em Portugal, a Inglaterra obteve direitos semelhantes em 1642, num processo que culminou, apesar de alguns contratemplos, com o tratado de paz e aliança estabelecido em 1654 entre D. João IV e os representantes de Oliver Cromwell, que concedia largos privilégios aos súbditos britânicos. Seguiu-se, em 1661, o acordo entre Afonso VI e Carlos II de Inglaterra, estabelecendo o casamento de D. Catarina de Bragança com o soberano britânico, e novamente, em 1703, o tratado, essencialmente comercial, de Methuen. No entanto, até ao início da década de 1720, o funcionamento da capelanía inglesa de Lisboa passou por numerosas vicissitudes, incluindo as interferências dos Jesuítas e da Inquisição.

¹ A maior parte dos dados históricos diretamente relacionados com o cemitério foram retirados das seguintes obras: John D. HAMPTON, *History of the Lisbon Chaplaincy*, 1989, C. E. GEDGE (comp.), *A Short History of St. George's Church and Chaplaincy - Lisbon*, 1959, John PEAD BSc., *History of the British Cemetery / História Do Cemitério Britânico*, 2023 (artigo online em <https://www.britishcemeterylisbon.com/history>), cujo autor recorre à obra de Robert HOWES *The British Cemetery in Lisbon*, 2005, e L.C. DO HARMAR, "St George's Cemetery, Lisbon", *The British Historical Society of Portugal*, 1977 (consultado online em junho de 2024).

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Só a partir de 1721 os mercadores da cidade se encontraram na posição de formalizar o direito, que lhes havia sido concedido em 1654, de fundar um local de enterramento para os seus mortos. Quatro anos antes, em 1717, o cônsul inglês em Lisboa já havia assegurado o aluguer de um terreno a norte da cerca do Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, onde então funcionava o colégio e casa de estudo do Noviciado do Convento de São Bento da Saúde (Fig. 4); na exata continuidade deste terreno a comunidade holandesa arrendou, em 1723, um talhão para a mesma finalidade, ao mesmo proprietário, António Gonçalo de Almeida Sousa e Sá. O primeiro enterramento com inscrição funerária é o de um refugiado huguenote, Francis La Roche, em 1724, embora existam menções, não documentadas, a um sepultamento dois anos anterior.

Aos dois talhões, que já funcionavam como um só, foi acrescentado, em 1729, um terreno adjacente, de formato irregular, que ficara encaixado entre o cemitério inglês e a cerca do Noviciado beneditino, cujo arrendamento (na realidade, um subarrendamento, feito a um primeiro locatário) foi partilhado pelas comunidades inglesa e holandesa (Fig. 5). Pela mesma altura, a totalidade dos terrenos foi cercada por um muro, passando a ter acesso pelo portão aberto na sua extremidade poente, diretamente para o talhão holandês, a partir da via que então se chamou "dos inglesinhos" devido à presença do cemitério, e que o povo veio a redenominar como Travessa dos Ladrões (futura Rua da Estrela), no seguimento dos sentimentos de anglofobia que se manifestaram em Portugal entre os séculos XVIII e XIX (Fig. 6). Após a construção deste muro, e apesar da situação de arrabalde do



Fig. 4 - Convento de São Bento (da Saúde) e cerca do Noviciado antes do Terremoto de 1755, vendo-se, na metade superior da imagem, os terrenos que viriam a constituir o Jardim da Estrela, e, acima destes, a parcela que é, hoje, o Cemitério Britânico, com as casas dos então proprietários (Grande Panorama de Lisboa, c. 1700, MNA).



Fig. 5 - *Planta Topographica de Lisboa*, 1780 - o cemitério encontra-se claramente assinalado, com destaque dado à profusa mancha de ciprestes, vendo-se a entrada a oeste (futura Rua da Estrela). Abaixo do recinto, separado deste por muro, encontra-se o Jardim da Estrela.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

cemitério, fundado entre quintas e vinhedos, a Inquisição terá conseguido que o seu perímetro, bem como o eixo central, fossem bordejados com ciprestes, para que as campas dos "hereges" não fossem vistas pelos católicos. Este princípio de arborização do cemitério, completado com espécies ao gosto inglês, como as olaias, valeram ao cemitério anglo-holandês a denominação popular de "cemitério dos ciprestes", sendo que alguns destes exemplares originais ainda se mantêm no local, apesar do ciclone que em 1941 destruiu muitas das árvores de maior porte.



Fig. 6 - Rua da Estrela, troço onde se abria o portal original do Cemitério Britânico. Arquivo do Jornal *O Século*, 1928

Em 1734, as comunidades inglesa e holandesa tiveram de contratar um arrendamento conjunto para os três terrenos contíguos, de forma a corrigir irregularidades causadas pelo subarrendamento do talhão mais pequeno (Fig. 7). Pela mesma altura, os ingleses conseguiram arrendar duas pequenas casas localizadas a norte da propriedade, na "Travessa dos Ladrões", que terão, possivelmente, funcionado como um primeiro hospital da Feitoria (Factory) Inglesa de Lisboa. Mais tarde, em 1793-96, Gérard de Visme, comerciante inglês que chegou a administrador das joias da Coroa portuguesa, e foi proprietário da Quinta de Monserrate, custeou a construção, no local, de um hospital para marinheiros ingleses, que funcionou até 1826, e onde viria a instalar-se, em c. 1840, a residência do pastor anglicano.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

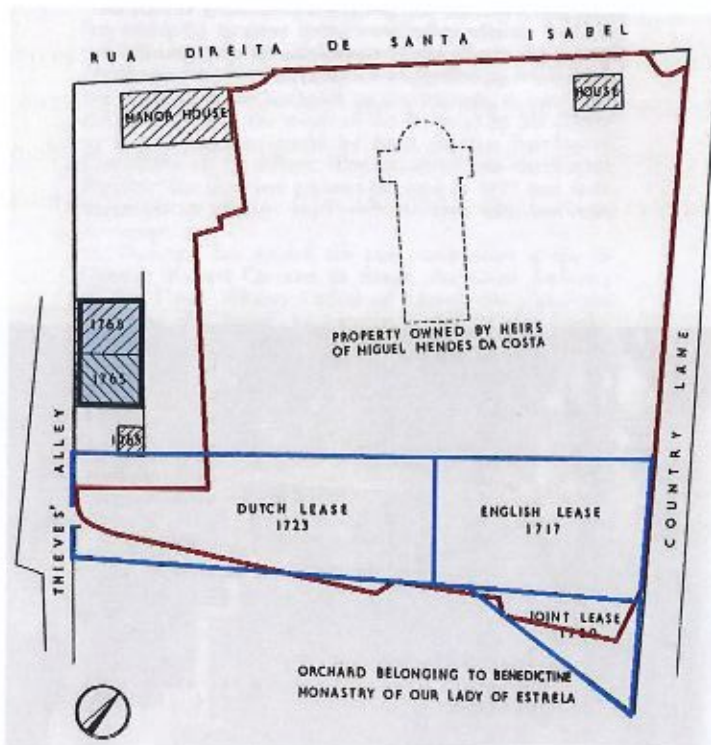


Fig. 7 - Limites do cemitério atual (a vermelho), e marcação do recinto original em 1765 (a azul), sendo possível ver, à esquerda, as casas arrendadas na década de 1730, e em cima as casas do então proprietário dos terrenos a norte, para onde se expandiria o recinto. Gravura publicada em John D. HAMPTON, 1989, p. 28.

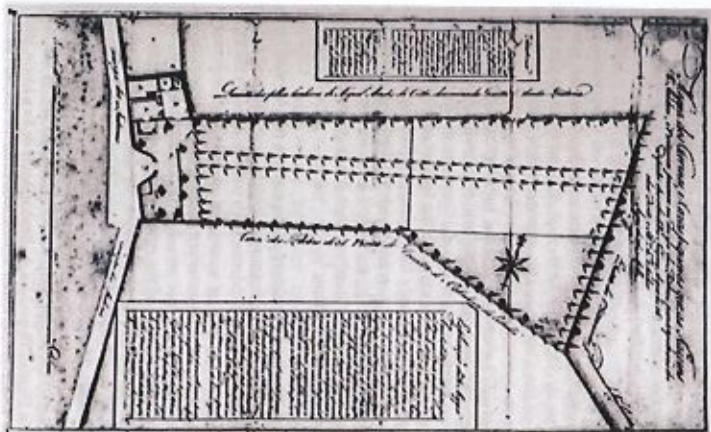


Fig. 8 - Planta do cemitério em 1779, in John PEAD, 2013, publicada em www.britishcemeterylisbon.com/history. Sem indicação da proveniência (talvez Robert HOWES, 2005). É visível o eixo longitudinal do recinto, ligando a entrada, a oeste, no talhão holandês, ao muro a este, confinando com a azinhaga para onde os ingleses queriam fazer abrir um segundo portão.

Em 1779-80, as relações entre as duas comunidades esfriaram, devido a uma disputa que levou alguns anos a sanar. Devido à situação do talhão britânico, apenas acessível através do talhão holandês, os ingleses quiseram criar uma entrada independente a nascente, a eixo da entrada original (Fig. 8), onde corria uma azinhaga. No entanto, o cônsul holandês, Daniel Gildemeester, tinha erigido um grandioso túmulo para o seu filho, Jan Gildemeester, morto em 1778, exatamente no local onde ficaria o novo acesso, e recusou a sua deslocação. As boas relações foram reestabelecidas quando os holandeses cofinanciaram a capela mortuária, então construída junto da entrada original, e terminada em 1794, conforme inscrição sobre a porta da mesma.

A Guerra Peninsular trouxe a Lisboa, logo a partir de 1808, largos contingentes de soldados britânicos, incluindo muitos feridos com destino aos hospitais militares ingleses existentes na capital. Os enterramentos destes soldados rapidamente esgotaram a capacidade do recinto cemiterial, levando o governo britânico a arrendar mais terreno, compondo um talhão de uso militar que esteve, até 1819, separado do restante cemitério por um muro (Fig. 9), do qual ainda restam algumas pedras. Na altura, o

espaço ocupado pela comunidade inglesa passava a ocupar a quase totalidade do território entre o cemitério original, paredes-meias com o jardim da Estrela.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

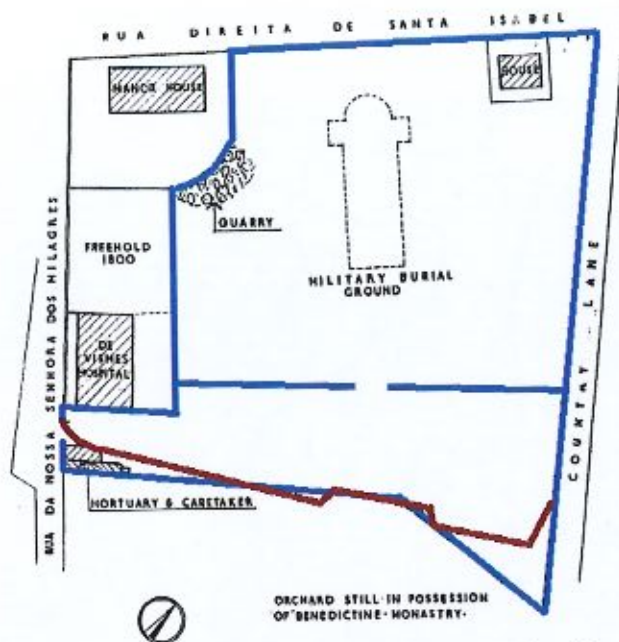


Fig. 9 - Limites do cemitério no início do século XIX (a azul), com marcação do troço que lhe seria amputado mais tarde (a vermelho), sendo possível ver, à esquerda, o hospital de De Visme. Gravura publicada em John D. HAMPTON, 1989, p. 28.

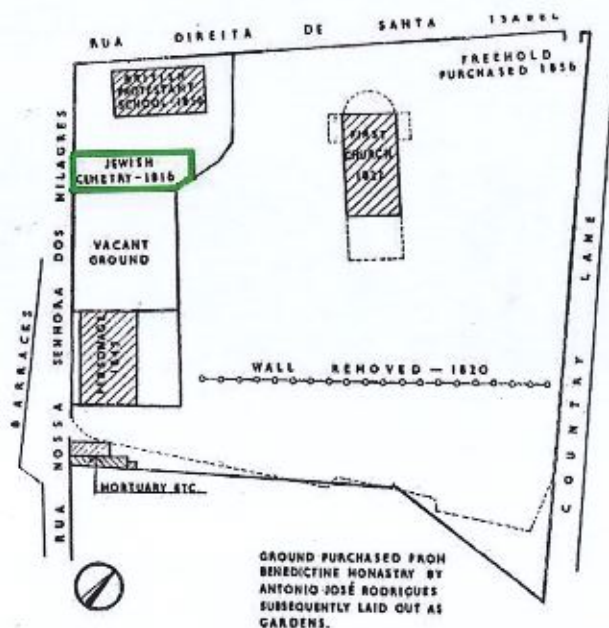


Fig. 10 - Cemitério judaico (a verde). Gravura publicada em John D. HAMPTON, 1989, p. 28.

Ao mesmo tempo que o cemitério era acrescentado deste novo talhão, os holandeses abdicavam da participação na sua administração, e a comunidade britânica assumia-a em pleno. Daqui resultou, em consequência da perda, em 1814, do arrendamento das casas onde tinham, então, lugar as cerimónias religiosas (Casa da Legação), a construção do primeiro templo próprio, denominado capela de São Jorge Mártir (Chapel of St. George the Martyr), erguida no talhão militar, mas destruída por um incêndio em 1886. Esta capela foi substituída pela igreja atual em 1889.

Entretanto, a comunidade sefardita que abandonara Portugal após o Édito de Expulsão dos judeus de 1496 começava a regressar, sendo que muitos deles, vindos de Londres ou Gibraltar, e tendo nacionalidade britânica, vinham motivados pelas cláusulas favoráveis dos tratados entre Portugal e Inglaterra. A estes sefarditas foi designado, em 1801, um talhão do cemitério. No entanto, logo em 1815, a propósito da solicitação de permissão para erigir uma sepultura judaica, a Sociedade de Mercadores e Feitores (Society of Merchants and Factors) que passara a administrar o recinto decidiu que, doravante, apenas seriam admitidas sepulturas cristãs, pelo que a comunidade judaica teve de arrendar um outro terreno, ainda contíguo ao cemitério anglo-holandês. Durante 60 anos, este pequeno talhão constituiu o único cemitério judaico de Lisboa, e em 1865, data do último enterramento, existiam aí cerca de 150 sepulturas (Fig. 10).

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Desde então, e até à década de 1940, o cemitério não conheceu nenhuma alteração de monta (Fig. 11).

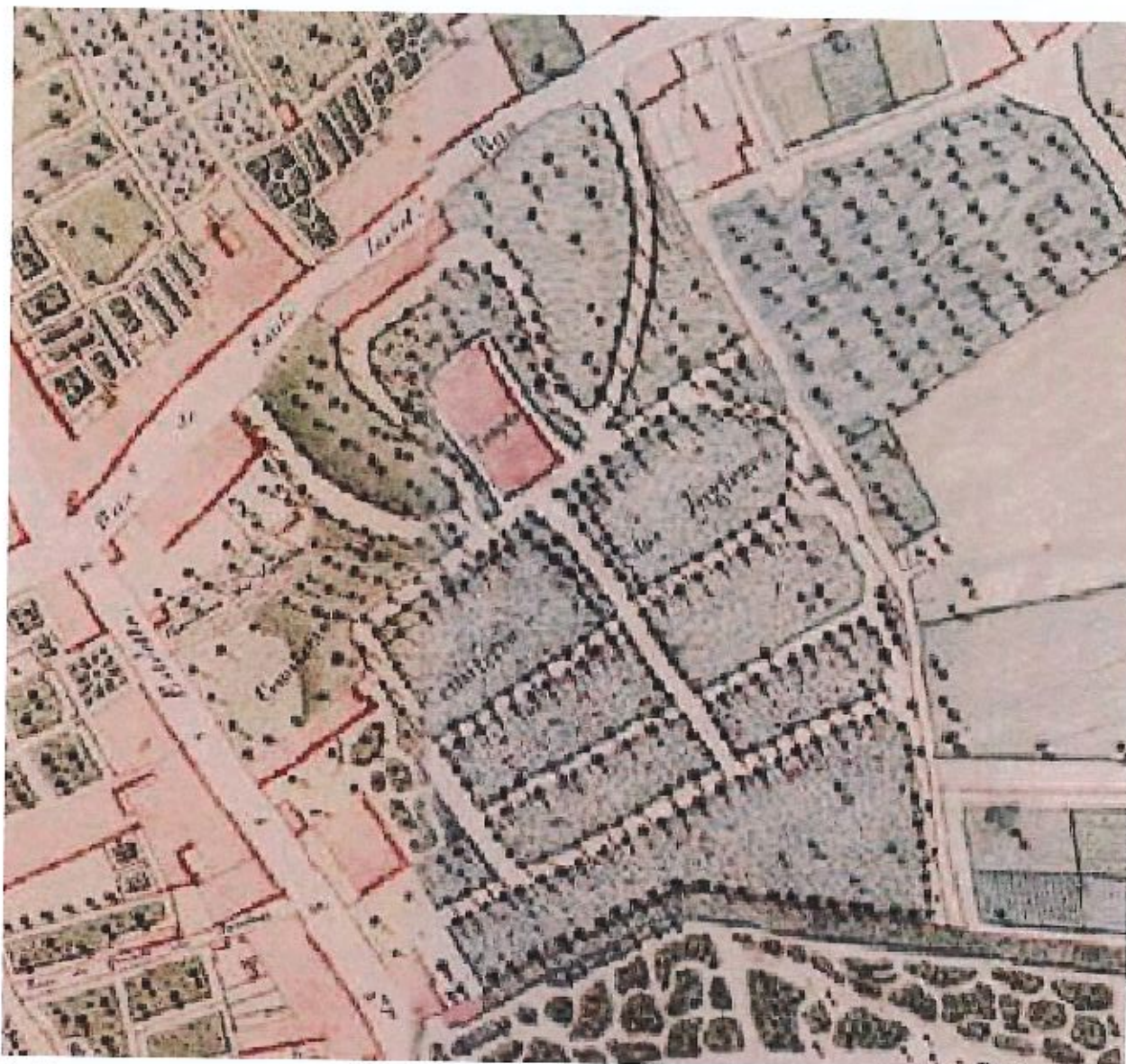


Fig. 11 – Cemitério Britânico em 1856-58 (Filipe Folque). Pode ver-se a delimitação do comitério até à década de 1940, mantendo-se a entrada a oeste, sendo igualmente visíveis a primeira igreja, o edifício da British Protestant School (onde viria a ser o Hospital Britânico), o cemitério judaico, a antiga residência do pastor anglicano (Parsonage), e o lote ainda vago entre ambos.

Em 1910, a vereação da Câmara Municipal de Lisboa deliberava construir «o mais rapidamente possível a Avenida que vae ligar directamente o Largo do Rato com o da Estrella» (já anteriormente prevista), cujo rasgamento se fez por troços, mas apenas ligando o troço fronteiro ao Liceu de Pedro Nunes ao Largo do Rato. A ligação entre o Liceu e a Praça da Estrella só se viria a realizar mais tarde, através da abertura da Rua de São Jorge, na continuidade da Avenida Álvares Cabral, entre o cemitério e o Jardim da Estrella. Para este desígnio, o engenheiro Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas e Comunicações, intentou a expropriação

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

(por aquisição compulsória) de duas parcelas de terreno do cemitério, de forma a minimizar o corte do Jardim da Estrela - mas também, seguramente, de forma a permitir o rasgamento de uma artéria reta e moderna, já que o traçado irregular do cemitério nesse limite não o permitiria (Fig. 12).

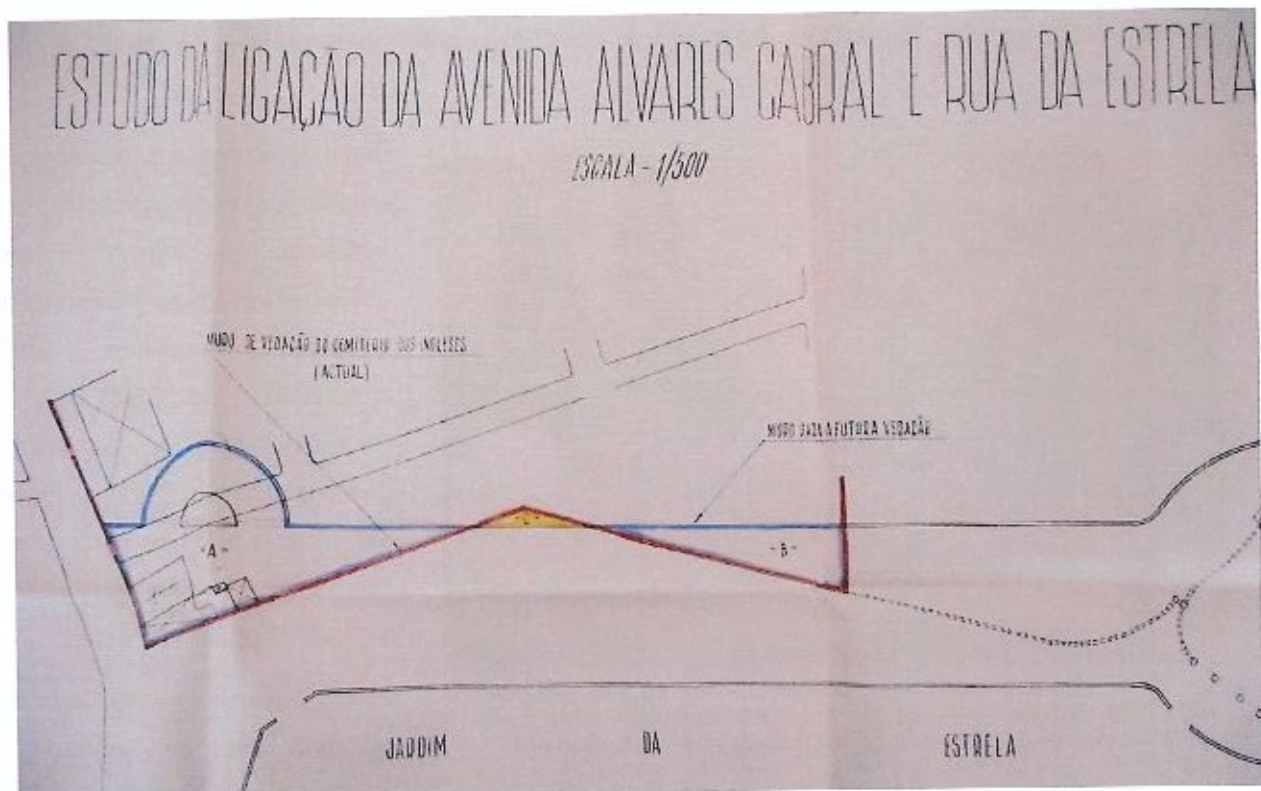


Fig. 12 - Estudo da ligação da Avenida Álvares Cabral e Rua da Estrela, in John PFAD, 2013, publicada em www.britishcemeterylisbon.com/history. Sem indicação da proveniência.

Como é natural, a administração do cemitério tentou alterar o projeto, que afetaria campas judaicas e protestantes. Note-se que aos judeus não é permitido fazer transladações, considerando-se que as campas são sempre perpétuas; e as fés protestantes também evitam a deslocação dos restos mortais, por razões relacionadas com a descrença no purgatório. Desta forma, a deslocação destas campas só podia causar bastante perturbação a uns e outros, acrescentada à perda de território. Mas nem a intervenção do embaixador, Sir Walford Selby, demoveu o governo, que defendeu a necessidade de diminuir o abate de árvores do jardim, então quase centenário, e conservar a simetria do seu plano original, sendo que ao cemitério apenas se exigia a cedência de uma pequena parcela dos dois hectares ocupados.

Dois anos mais tarde, e após diversas batalhas políticas perdidas, a administração do cemitério acedeu à exigência governamental, embora apenas em 1950 se tenha, finalmente, chegado a um acordo. A indemnização recebida, substancialmente inferior à que fora pedida, permitiu a aquisição de alguns terrenos limítrofes onde já funcionavam instituições britânicas, incluindo uma escola protestante inglesa (British

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Protestant School) fundada em 1836, depois Hospital Britânico, e o Estrela Hall. A capela mortuária, então localizada num dos talhões expropriados, foi deslocada para a sua localização atual, ao mesmo tempo que se erguia uma nova casa para o guarda. Os trabalhos no cemitério, incluindo exumações e construção de nova entrada e muros, decorreram com o auxílio do governo português, e a via recém-inaugurada denominou-se Rua de São Jorge (Fig. 13), nela se fazendo a entrada do recinto, ainda ornada com a antiga placa comemorativa.



Fig. 13 - Rua de São Jorge em 1941, foto Eduardo Portugal, in www.lisboadeantigamente.blogspot.com. Ao fundo da novíssima rua vê-se a mancha do Cemitério Britânico, com a parede regularizada pelo rasgamento da artéria.

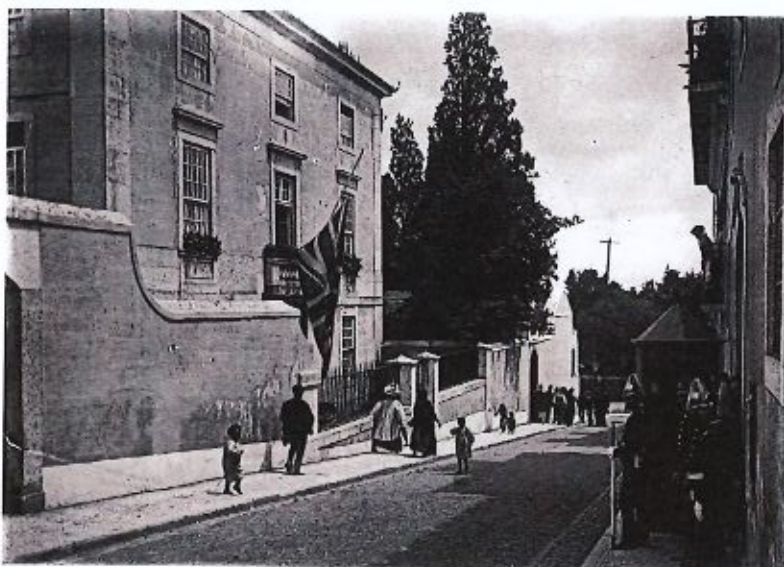


Fig. 14 - Parsonage e muro oeste do Cemitério Britânico em 1910, foto Joshua Renliel, in www.lisboadeantigamente.blogspot.com.

Entre esta obra e a atualidade, o traçado do cemitério mantém-se inalterado, ao contrário do que aconteceu com o território onde se inscreve, conhecido como "quarteirão dos ingleses", e delimitado pela Rua Saraiva de Carvalho, a Rua da Estrela, a Rua de São Jorge, e, na maior parte do seu limite nascente, pelos terrenos do antigo Liceu de Pedro Nunes.

Dentro deste perímetro situavam-se, para além do cemitério, o Hospital Britânico, o Royal British Club (fundado em 1888, e a funcionar com o nome de The Lisbon Athenaeum até 1903), a antiga residência do pastor anglicano da igreja de São Jorge / Parsonage (Fig. 14) e o Estrela Hall, no qual esteve sediada, durante 70 anos, a companhia de teatro inglesa Lisbon Players. Este último edifício fora construído em 1906, em terrenos contíguos ao edifício da British Protestant School, que foi convertido em hospital em 1910.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

No início de 2000, o governo britânico decidiu alienar uma série de propriedades em países estrangeiros, entre as quais todas as acima mencionadas, à exceção do cemitério e da igreja anglicana. Em 2009, o mesmo governo britânico tomou posse legal de todas estas recorrendo à figura da usucapião, e em 2015 iniciou o processo de venda dos terrenos, incluindo o hospital, o Estrela Hall, o talhão do cemitério judaico, a antiga Parsonage e o edifício entretanto construído no terreno entre estes dois últimos lotes, sede da Ordem dos Economistas e da Câmara de Comércio Luso-Britânica / British-Portuguese Chamber of Commerce (BPCC), a um promotor imobiliário. De acordo com o projeto (António Costa Lima Arquitectos para Grupo Mello RDC / Arquimelo 2, S.A.), os edifícios destinam-se a um condomínio de luxo de tipologia mista (Fig. 15), sendo os antigos Hospital Inglês e Teatro Inglês transformados em apartamentos, o edifício da Ordem dos Economistas/BPCC passando a funcionar como Unidade de Saúde Familiar de Campo de Ourique e o antigo Parsonage como habitação bi-familiar. Para o pequeno espaço do cemitério judaico foi realizada uma cobertura em pérgula, essencialmente destinada a esconder a vista das campas.

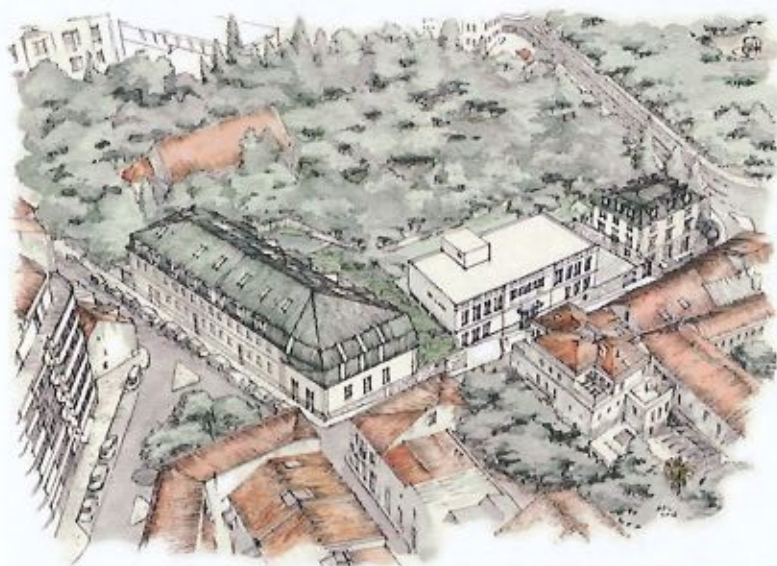


Fig. 15 - Projeto do novo Quarteirão Inglês, António Costa Lima Arquitectos. Na segunda imagem pode ver-se a relação com o Cemitério Britânico. Ao centro, entre os dois edifícios, fica o espaço do cemitério judaico.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Descrição arquitetónica e artística

O cemitério inglês de Lisboa (Fig. 16) começou a receber sepultamentos quase um século antes de nele ser construído o primeiro templo. Apesar disso, e segundo Francisco Queiroz, «foi concebido quase à maneira de um *churchedyard* inglês, com a excepção de não ter sido planeado em função de qualquer igreja anexa. Ainda hoje, os túmulos não se apresentam dispostos com uma organização geométrica clara, mesmo salvaguardando o facto de algumas sepulturas terem sido removidas para outros locais do cemitério, como consequência da abertura da Rua de S. Jorge, na década de 1940»².

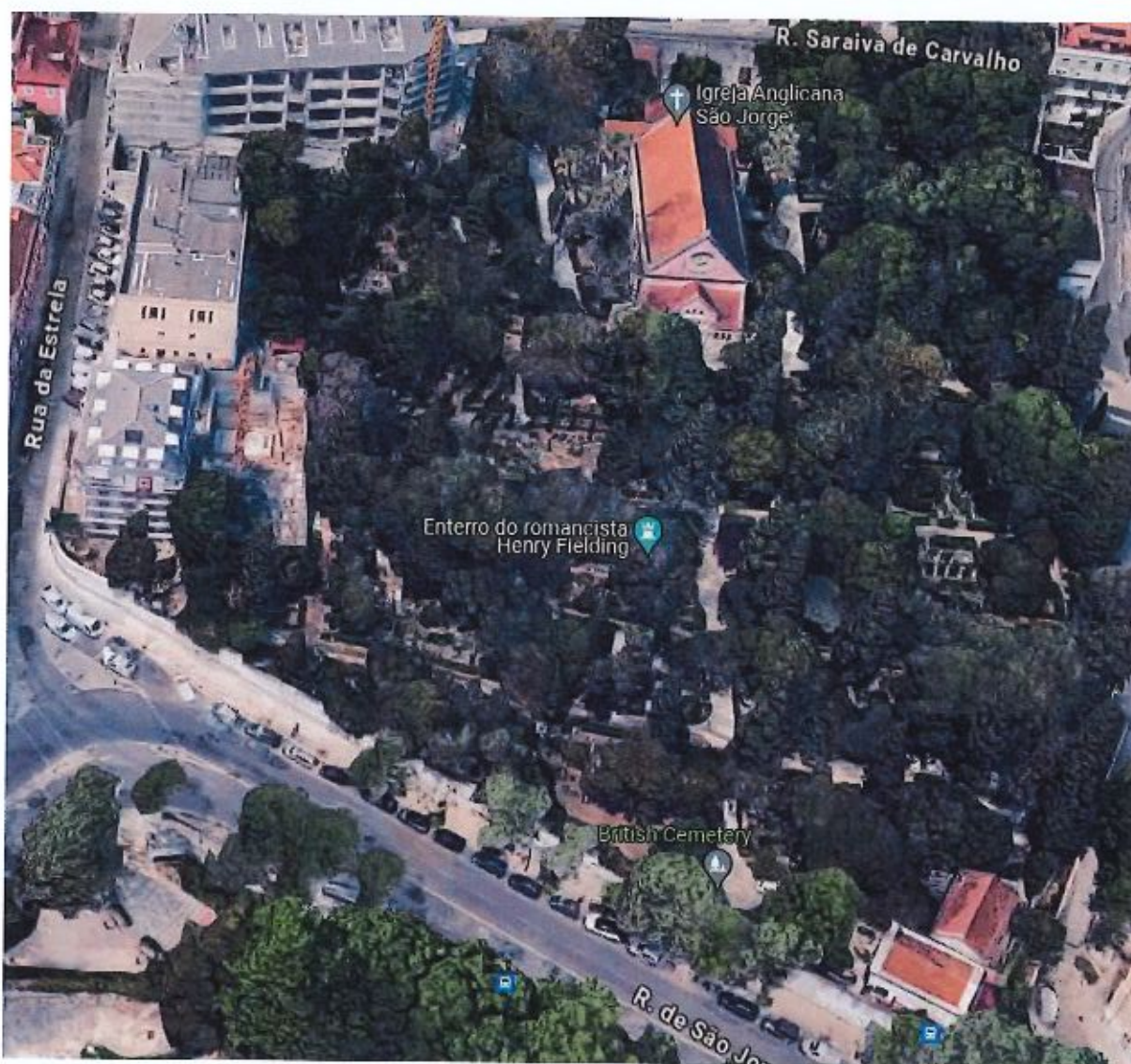


Fig. 16 - Vista do Cemitério Britânico de Lisboa, incluindo a Igreja de São Jorge.

²Francisco QUEIROZ, "Os cemitérios protestantes de Lisboa", in *Revista DH*, Ano I, n.º 5, Julho-Agosto 2014, pp. 40-48 (p. 43).

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Na realidade, o terreno é atravessado por dois eixos fundamentais, um destes em termos simbólicos, por constituir a rua principal do cemitério quando este tinha ainda a sua configuração original, definida entre 1717 e 1729, e outro, perpendicular, que corresponde à moderna alameda principal, existente, pelo menos, desde a construção do segundo templo (1889), mas que deve ter origem na organização do talhão de uso militar adquirido no início do século XIX e que acabou por formar a maior parte da propriedade atual. Estes eixos organizam o cemitério de forma distintiva (Fig. 17), revelando, na planta, a história do espaço, desde os primeiros talhões anglo-holandeses até ao último alargamento do recinto. O muro que marcava, a norte, a delimitação original, e que separava o talhão militar até 1819, acabou por implicar a irregularidade dos talhões marcados no mapa com a letra C (C1 - C4). Quanto aos restantes espaços, é evidente a forma como os talhões originais (letras A e B, e zonas inferiores da letra C) se desenvolveram, com a distinção entre o talhão inglês arrendado em 1717 (A5-C4), e completado em 1729 pelo talhão conjunto, amputado na década de 1940, e o talhão holandês arrendado em 1723 (A1-C2). O talhão militar acabou por ser alterado pela construção do templo, mas fica bem clara a tentativa de regularização do espaço.

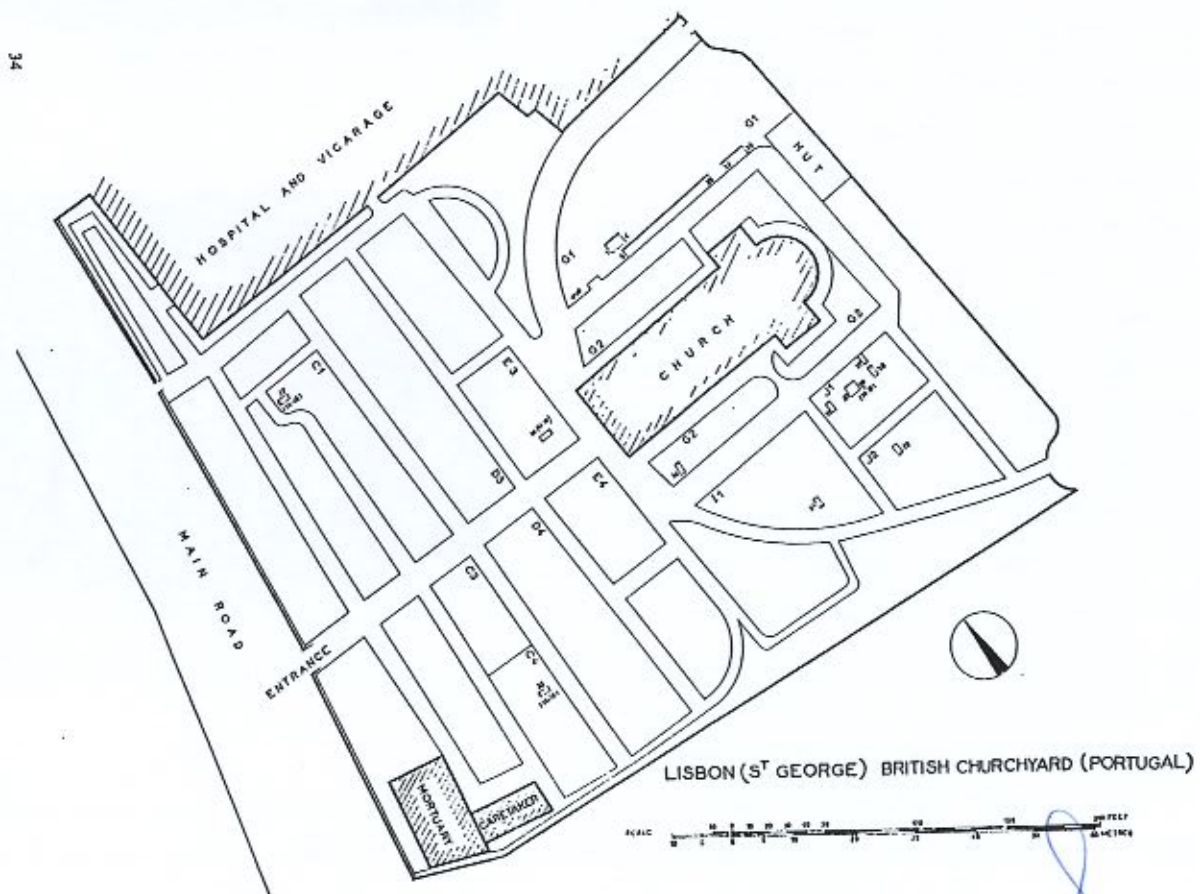


Fig. 17 - Plano do Cemitério Britânico de Lisboa, in Commonwealth War Graves Commission, www.cwgc.org.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Todo o recinto é percorrido por muro alto, rasgado a sul pelo portal voltado para a Rua de São Jorge, removido do seu local original e aí recolocado quando a via foi rasgada. O portal, ainda devido às restrições católicas, não integra qualquer identificação da finalidade do recinto, limitando-se a exibir, em alto-relevo (Fig. 18), as armas reais inglesas³.

À direita do portão ficam a casa do vigilante, construída de novo na década de 1940, e a pequena capela mortuária, deslocada na mesma data, pedra por pedra, da sua localização original.

O primeiro troço da alameda principal atravessa, como vimos antes, os talhões dos enterramentos mais antigos (ressalvando-se a trasladação de 35 campas, tanto sepulturas judaicas como inglesas e holandesas), entre as quais se incluem as campas de Francis La Roche (primeiro enterramento documentado) e de personagens de estatuto, como dois cônsules britânicos, um dos quais suposto filho ilegítimo do rei George III, o já referido Daniel Gildemeester, cônsul dos Países Baixos e fundador do que viria a ser o Palácio de Seteais, William Stephens, reativador da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, o príncipe alemão Christian August de Waldeck e Pymont, general do exército austríaco contratado pelo futuro rei D. João VI para reorganizar o exército português, cujo monumento fúnebre foi doado pelo monarca, e ainda o monumento comemorativo da Guerra dos Boers. Porém, o túmulo mais famoso é, indubitavelmente, o de Henry Fielding (Fig. 19), «magistrado, romancista e dramaturgo inglês (autor de "A História de Tom Jones")», [que] veio para Lisboa em 1754 (...). Escreveu um diário dessa sua viagem intitulado "Diário de uma Viagem para Lisboa". [Fielding] morreu a 8 de Outubro de 1754 na capital portuguesa. (...) Em



Fig. 18 – Portal principal do Cemitério Britânico.



Fig. 19 – Túmulo de Henry Fielding no cemitério protestante de Lisboa, ilustração para *The Graphic*, janeiro de 1887, coleção particular.

³ Escudo esquartelado, 1.º e 4.º Inglaterra, 2.º Escócia, 3.º Irlanda, encimado por leão coroado no topo de uma coroa real, rodeado por fita alusiva à Ordem da Jarreteira, apoiado em ramagem composta pelas rosas de Tudor, os trevos da Irlanda e os cardos da Escócia, suportado por leão de ouro (Inglaterra) e unicórnio de prata (Escócia), e sublinhado por filacteria com a divisa régia *Dieu et mon droit*.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

1830 foi erigido por subscrição o monumento mostrado abaixo. É desconhecida a localização da verdadeira sepultura (...), pensando-se, porém, que deve ser na proximidade do memorial»⁴. O escritor escocês Sir Walter Scott, um dos expoentes máximos da novela histórica de língua inglesa, descreveu Fielding como «o pai da novela inglesa», avaliação que revela a importância do novelista no panorama literário da sua época.

Seguem-se os talhões regulares que datam do alargamento do cemitério para uso militar, a partir do início do século XIX, e, finalmente, a área norte do recinto, de desenho distinto, centrada pelo templo (Fig. 20). Nesta zona, marcada pelo grande número de campas de combatentes nas guerras peninsulares (a maior parte sem identificação) e de combatentes da Commonwealth (primeira e segunda guerras mundiais, essencialmente localizadas em torno da igreja), destaca-se o túmulo de Thomas Godfrey Pembroke Pope, o mais relevante capelão do cemitério, responsável pela edificação da atual Igreja de São Jorge bem como pela plantação de muitas das espécies vegetais que ainda hoje se podem ver.

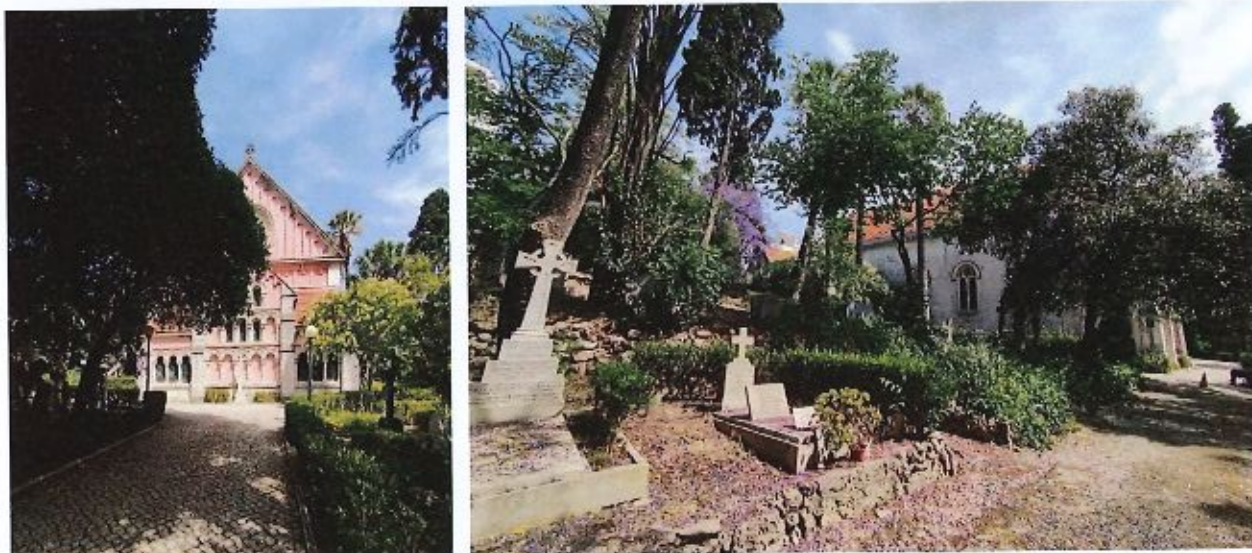


Fig. 20 – Aspectos da zona norte do cemitério, centrada pela Igreja de São Jorge.

O templo primitivo constituía a primeira igreja que a comunidade britânica conseguiu erguer na capital, uma vez que a permissão para manter um cemitério não se estendia, originalmente, à permissão de ter locais públicos de culto protestante, pelo que a capela teve de ser construída dentro de portas. Pequeno demais para as necessidades da comunidade à época de Thomas Pope, era um edifício neopaladiano, inaugurado em 1822, que podemos conhecer a partir de uma gravura, com versão aquarelada, pertencente ao acervo do Museu de Lisboa, datada de c. 1840 e executada pela litógrafa e pintora Clementine Brelaz (Fig. 21). Em mau estado de conservação há décadas, ademais danificada por um terremoto em 1859, a capela foi, finalmente, destruída pelas chamas em 1886.

⁴ John PEAD, «History of the British Cemetery (História do Cemitério Britânico)», maio de 2023, in <https://www.britishcemeterylisbon.com/history>. Consultado em junho/2024.

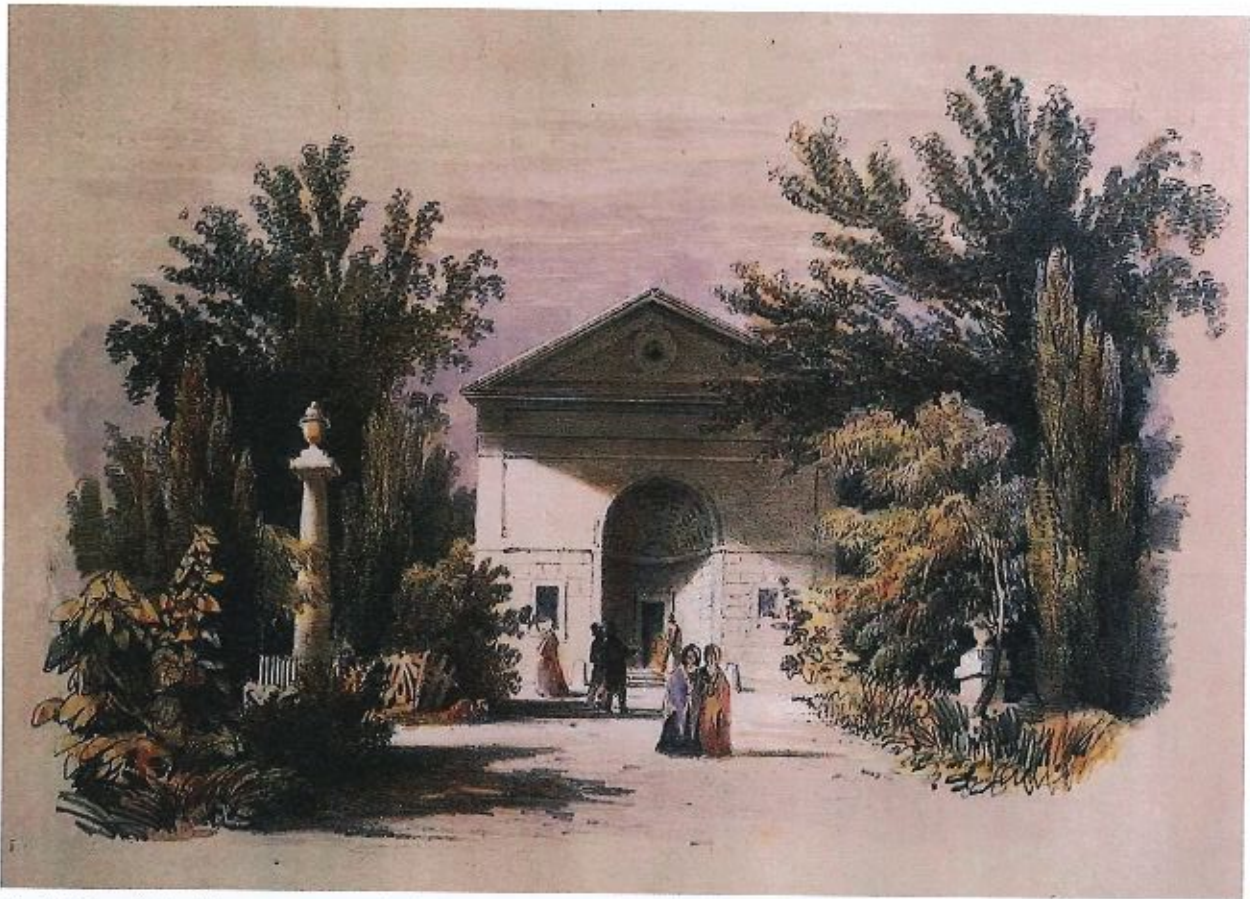


Fig. 21 - *Chapelle Anglaise*, gravura aquarelada, Clemontine Brelaz, c. 1840, Museu de Lisboa, MC.GRA.1407.06

A nova igreja, reconstruída numa linguagem igualmente historicista, desta vez de gosto neomedieval, foi consagrada em 1889. O projeto do edifício (ver Fig. 20), antecedido por nártex, decorado com profusão de arcadas cegas, e iluminado por vãos em arco pleno com vitrais e por larga rosácea em vitral na frontaria, deve-se aos arquitetos Charles Edward Powell e John Medland, com gabinete em Londres.

A capela mortuária (Fig. 22), como vimos, é ainda aquela que ingleses e holandeses construíram conjuntamente em 1794, conforme inscrição sobre a porta (*Surrexit impensis Britannorum et Batavorum MDCCXCIV / Erigida a expensas de Ingleses e Holandeses 1794*). Trata-se de um pequeno edifício neopaladiano (Paladianismo inglês) de planta retangular, com fachada antecidida por pórtico clássico, que, cerca de 30 anos mais tarde, influenciaria a estética do primeiro templo dedicado ao mártir São Jorge. No seu interior destacava-se um alto-relevo em mármore, erguido em 1792, e dedicado a Thomas Parr, comerciante e destacado membro da feitoria inglesa de Lisboa, que faleceu em 1783. A morte de Parr é, assim, anterior em mais de 10 anos à

construção da capela, e o monumento dois anos anterior à mesma, supondo-se que a sepultura do inglês estaria no local onde se desejava construir o edifício, sendo esta a razão por que a placa aí foi recolocada⁵.

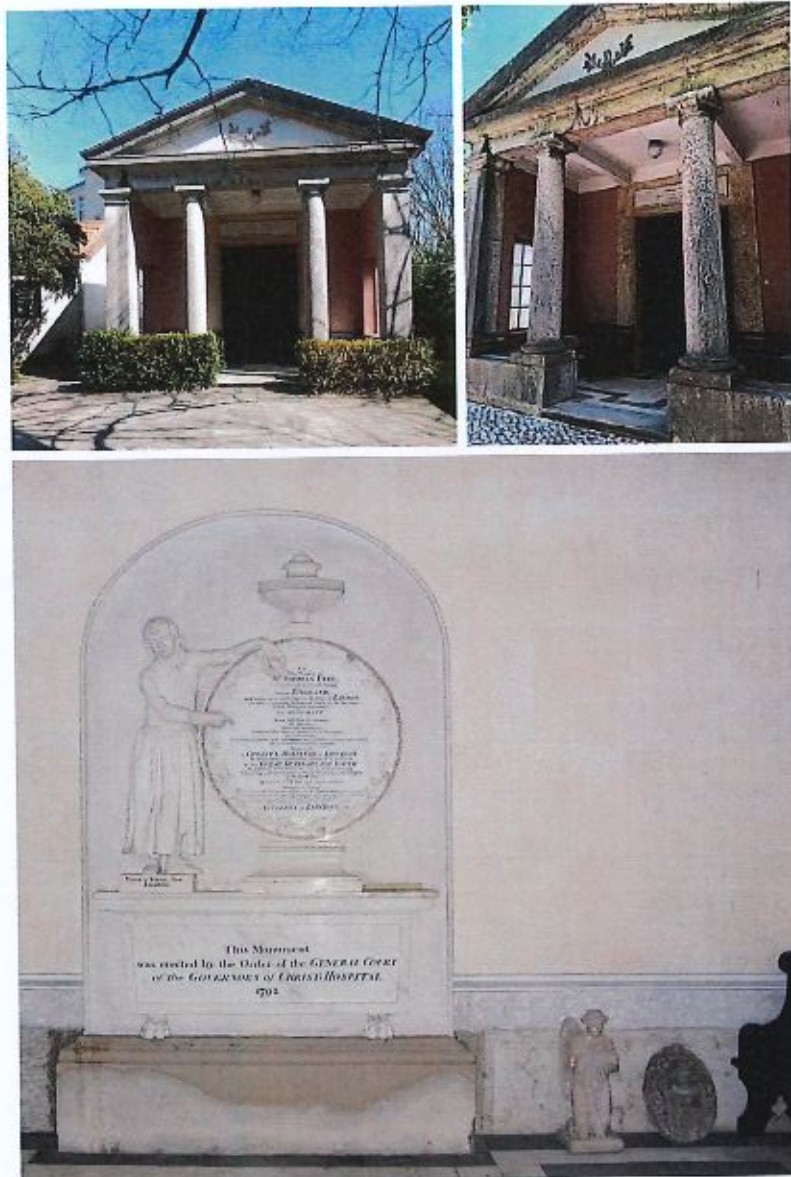


Fig. 22 - Aspetos da capela mortuária.

Os últimos edifícios do conjunto são a casa do vigilante, perpendicular à capela mortuária e levantada na década de 1940, e a casa paroquial (Church Hall) nas traseiras da igreja, também de fatura moderna, uma e outra sem particular interesse arquitetónico.

O conjunto construído do cemitério que chegou a ser conhecido por "cemitério dos ciprestes", dada a sua impressionante mancha verde, é completado, de forma particularmente feliz, pela coleção de plantas e espécimes arbóreos, incluindo os altos ciprestes, tílias, castanheiros-da-Índia, palmeiras, olaias, jacarandás, lódãos, um imponente dragoeiro e muitos arbustos decorativos. Muitos destes exemplares foram plantados na segunda metade do século XIX, mas o terremoto de fevereiro de 1941 arrancou bastantes árvores pela raiz, tendo sido necessário substituí-las nessa altura.

A tipologia de jardim romântico e selvagem (Fig. 23), de inspiração neogótica, é reforçada pela profusão de vegetação e pela forma como se encontram distribuídas as sepulturas, em talhões de disposição mais orgânica do que geométrica, com campas e cruces celtas banhadas pelos jogos de luz e sombra definidos pela ramagem

⁵ Cfr. H. V. Harby, «Thomas Parr. British merchant & member of the "Factory" », publicação de *The British Historical Society of Portugal*, 1939.

e deslocadas por possantes raízes musgosas. Segundo Francisco Queiroz, «George Borrow, que visitou o Cemitério Britânico de Lisboa em Novembro de 1835, numa altura em que o Cemitério dos Prazeres ainda só continha algumas lápides - curiosamente, inspiradas nas que o Cemitério Britânico de Lisboa albergava - chamou-lhe "*Père-la-chaise in miniature*"»⁶. Ora, se o Cemitério dos Prazeres, indubitavelmente nascido sob o espírito romântico (e para cujo planeamento a câmara de Lisboa mandou vir, em 1838, o projeto e regulamento interno do Cemitério do Père-Lachaise), foi perdendo, por via da construção de grandes jazigos, boa parte do contexto bucólico, de estética romântica, que visava evocar a relação entre o Homem e a Natureza como metáfora da vida, da morte e da imortalidade, o cemitério inglês manteve essa tipologia, em parte devido a características das próprias fés protestantes, muito menos inclinadas ao culto dos mortos.



Fig. 23 – Aspectos do Cemitério Britânico (cobertura vegetal).

⁶ Francisco QUEIROZ, 2014, p. 47.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

De facto, e embora o cemitério inglês de Lisboa se tenha formado, ao longo do tempo, também em função de diversos condicionalismos externos, como a obrigatoriedade de se manter tão discreto quanto possível diante das rigorosas diretrizes católicas, que, como já vimos, obrigaram à primeira plantação de uma cerrada cortina arbórea, o seu esquema permanece bem relevador de uma linha de pensamento comum ao Norte da Europa, que tem raízes antes do próprio protestantismo. O recinto acabou por se moldar, em parte, à imagem da floresta sagrada de referente celta e nórdico, abraçando o romantismo da estética gótica revivalista, fatores que se conjugam com o gosto inglês pelo jardim indomado, um e outro sedes privilegiadas de meditação e imagens de estados emocionais. Curiosamente, estas inclinações filosóficas são, de certa forma, recuperadas pelas modernas correntes ecológicas, que, mesmo quando não compartilham o mesmo gosto estético, advogam uma noção paralela de retorno orgânico a uma natureza intocada, sem ênfase no culto e no monumento funerário, não sendo de espantar que os novíssimos cemitérios "naturais", "verdes" ou "ecológicos" tenham surgido, principalmente, no Reino Unido ou nos países do Norte da Europa.

A Igreja de São Jorge⁷

De acordo com o gosto em voga na segunda metade do século XIX, a Igreja de São Jorge foi construída dentro do espírito revivalista neomedieval, optando-se, aqui, sobretudo, pela linguagem neorromânica (*Romanesque Revival*), muito utilizada em edifícios religiosos. Como foi habitual, os arquitetos recorreram a formas simplificadas do estilo original, tendência bem evidente no desenho dos múltiplos vãos em arco redondo e na reduzida ornamentação dos elementos arquitetónicos (Fig. 24). A robusta estrutura é visualmente aligeirada pelo uso das arcaturas "normandas", cujo desenho se reflete na sucessão de pequenas arcadas decorativas que correm sob as cornijas e revestem o frontão de elevada inclinação, ao modo nórdico. Os principais elementos decorativos são constituídos pelo conjunto de vitrais que animam a maior parte das janelas, como veremos adiante.



Fig. 24 - Aspeto da fachada da Igreja de São Jorge.

⁷ Devido à impossibilidade de visitar o interior do templo na última visita técnica, as fotos respetivas são as publicadas online pela Greater Lisbon Chaplaincy, in www.flickr.com/photos/greaterlisbonchaplancy/albums.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

O interior é acessível através de vestíbulo (nártex) composto por um corpo central mais elevado e saliente, rematado em empena triangular de inclinação igual à da fachada, onde funciona o batistério, e dois corpos mais baixos, abertos por portas em arco redondo nos panos laterais (Fig. 25). Este vestíbulo comunica com a nave através de largo arco pleno com decoração repetindo o motivo redondo, a eixo com o batistério (Fig. 26). Este, totalmente aberto para o templo, é centrado por pia batismal sobre plinto octogonal, ainda de tipologia românico-normanda, levantada diante de um painel decorativo de mármore rosa encimado pela frase ONE LORD ONE FAITH ONE BAPTISM (Efésios 4:5). Na metade superior da parede fundeira destacam-se os vitrais que animam dois registos de três janelas em arco redondo, e cada corpo lateral do vestíbulo é, igualmente, vazado por uma janela redonda com vitrais que comunica com a nave. Sobre o arco rasga-se a rosácea da fachada, instalada em 1897, em comemoração do Jubileu de Diamante da coroação da Rainha Vitória.

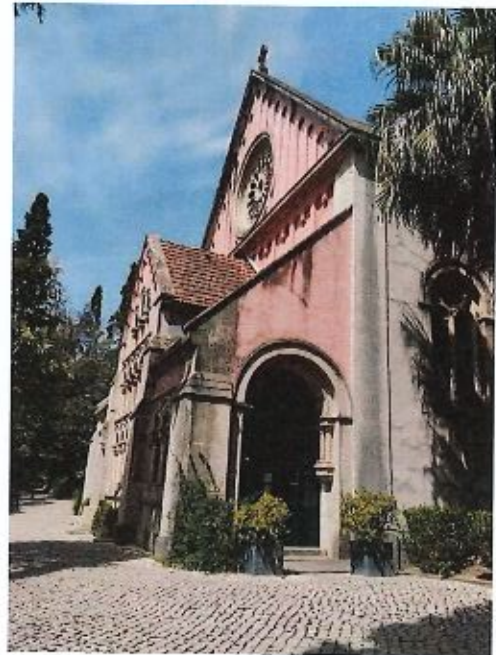


Fig. 25 – Aspeto da fachada da Igreja de São Jorge.

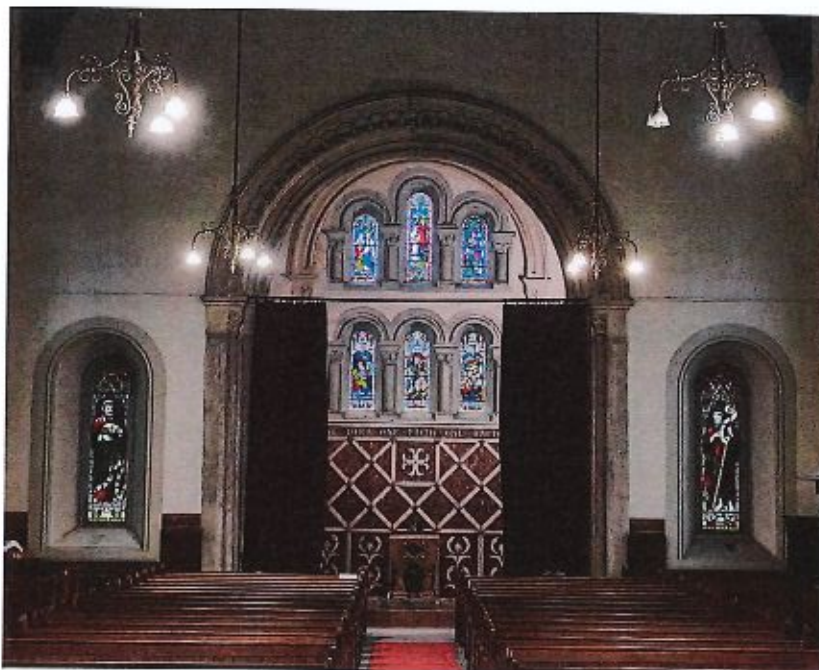
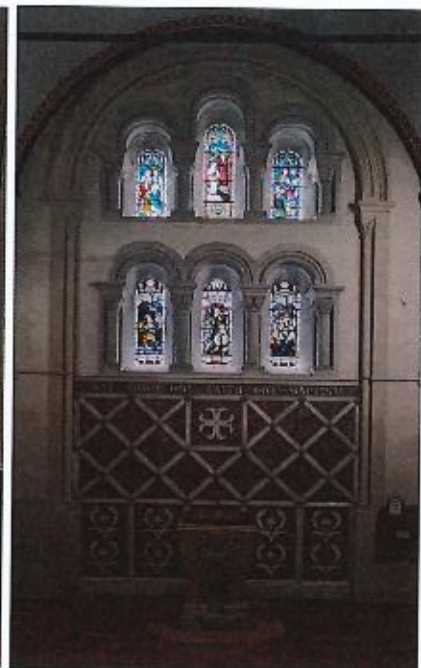


Fig. 26 – Capela batismal.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

A nave, única (Fig. 27), é iluminada por janelões em arco redondo e coberta por telhado de madeira de asnaria à inglesa, sobre mísulas de madeira (*hammerbeam roof*). Nas laterais do arco triunfal, semelhante ao arco de entrada, mas mais elevado, encimado por filactera com a frase LIFT UP YOUR HANDS TO THE SANCTUARY AND BLESS THE LORD (Salmo 134:2), abrem-se esguios vãos que comunicam, à esquerda, com o órgão de tubos (Fig. 28), instalado pelo construtor inglês Henry Fincham (est. 1837-c.1900), e, à direita, com a capela dedicada aos mortos nas guerras da Commonwealth (*War Memorial Chapel*), onde, para além dos vitrais, sobressai o pequeno retábulo esculpido (Fig. 29), ainda de tipologia inglesa, centrado por um Calvário flanqueado pelos quatro santos patronos da Grã-Bretanha - São Patrício (Irlanda), São Jorge (Inglaterra), Santo André (Escócia) e São David (Gales).

O púlpito, à esquerda da capela-mor, antecede este espaço de planta poligonal, coberto por semicúpula lisa e iluminado, mais uma vez, por três vãos em arco pleno, sob os quais se desenvolve o altar-mor, em mármore da região de Sintra (Fig. 30), constituído por relevo da Última Ceia sob baldaquino de tipologia gótica ladeado por nichos ogivais com estátuas de vulto da Virgem, anjo, São João e um profeta (Isaias?). O relevo (Fig. 31) está identificado como de autoria nacional (portuguesa).



Fig. 27 – Aspetos da nave.

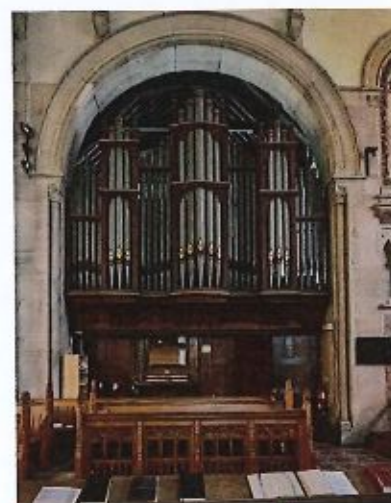


Fig. 28 – Órgão de tubos (Capela-mor)

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações



Fig. 29 – Retábulo da War Memorial Chapel.

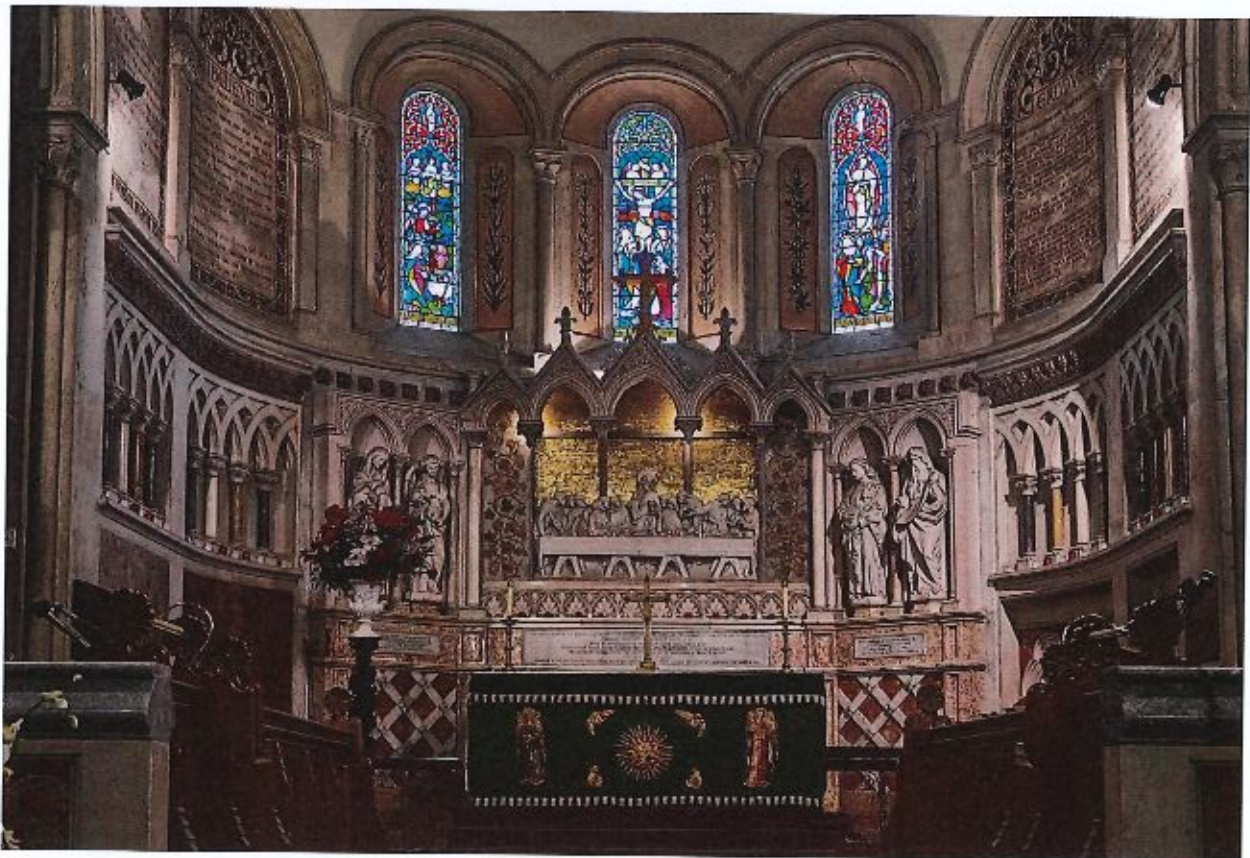


Fig. 30 – Aspeto da Capela-mor.

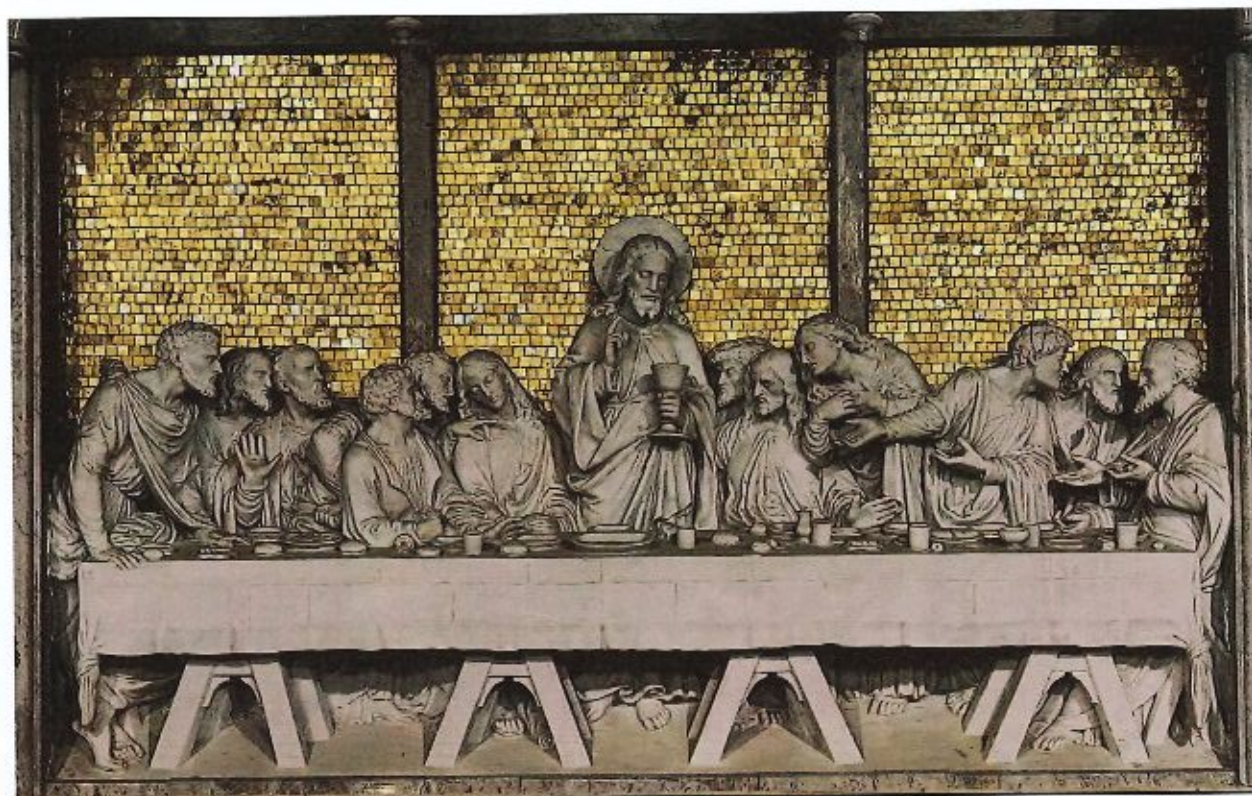


Fig. 31 - Relevo marmóreo da Última Ceia na Capela-mor.

Os vitrais, de grande efeito cénico (Figs. 32 e 33), foram concebidos pela companhia Lavers, Westlake and Co (N H J Westlake a partir de 1909), ficando a sua montagem terminada em 1910. As exceções a esta encomenda unitária são duas janelas no lado norte da *War Memorial Chapel*. Os vitrais foram desenhados numa só empreitada, de forma a manter a homogeneidade do conjunto, mas a sua instalação, custeada por diversos patronos, foi faseada.



Fig. 32 - Rosácea da fachada e detalhe com a coroa real de Inglaterra, e janelas da *War Memorial Chapel*, de distinta empreitada.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações



Fig. 33 - Exemplos dos vitrais da Igreja de São Jorge - conjunto de três vitrais da Capela-mor, conjunto de três vitrais do Batistério, e vitrais duplos da nave.

D

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Campas e túmulos

Os cemitérios protestantes não exibem, de forma geral, a abundância de túmulos monumentais que se observam nos cemitérios católicos, nem recorrem da mesma maneira à tipologia do jazigo-capela. Lutero banira os sacramentos para os finados, e durante séculos não se considerou necessário executar rituais fúnebres. Os enterramentos não exigiam locais sacramentados, nem a presença de um oficiante. A desconfiança para com a noção de purgatório contribuía para desencorajar a ideia de que o falecido necessitava de um "local" para aguardar a ressurreição. O culto dos mortos não era incentivado, e não constituía grande questão desconhecer o local exato de um enterramento. Desta forma, o cemitério britânico de Lisboa não exhibe as tipologias que podemos ver, por exemplo, no vizinho Cemitério dos Prazeres, nem se apresenta como "cidade dos mortos". No entanto, nos dois hectares de terreno que ocupa destacam-se, entre o pano de fundo da exuberante vegetação, das lápides sem ornamentação, das campas rasas, das cruzes celtas e dos pequenos obeliscos, diversos túmulos de particular interesse.

Como já vimos, os mais antigos e monumentais túmulos encontram-se nos primeiros talhões do cemitério, correspondentes aos talhões originais ingleses e holandeses, abrangendo cerca de um século de atividade funerária, entre 1724 e a segunda década do século XIX (Figs. 34 - 36). Entre estes encontram-se, por ordem cronológica da edificação, os já referidos sepultamentos de Francis La Roche, a primeira



Fig. 34 – Lápide de Francis La Roche e Túmulo do Rudolph Burmester

lápide identificada do recinto (1724), do comerciante de Hamburgo Rudolph Burmester (1762), de Jan e Daniel Gildemeester (c. 1780), do príncipe Christian August de Waldeck e Pymont, em túmulo piramidal (*piranesiano*) doado por D. João VI, desenhado pelo italiano Francisco Xavier Fabri e executado por um mestre canteiro que laborara no estaleiro da Basílica da Estrela (1799) e de Willem Jacob Hendrik, Barão de Fagel, cujo túmulo constitui um exemplo inicial do género para os Países Baixos (c. 1822).

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

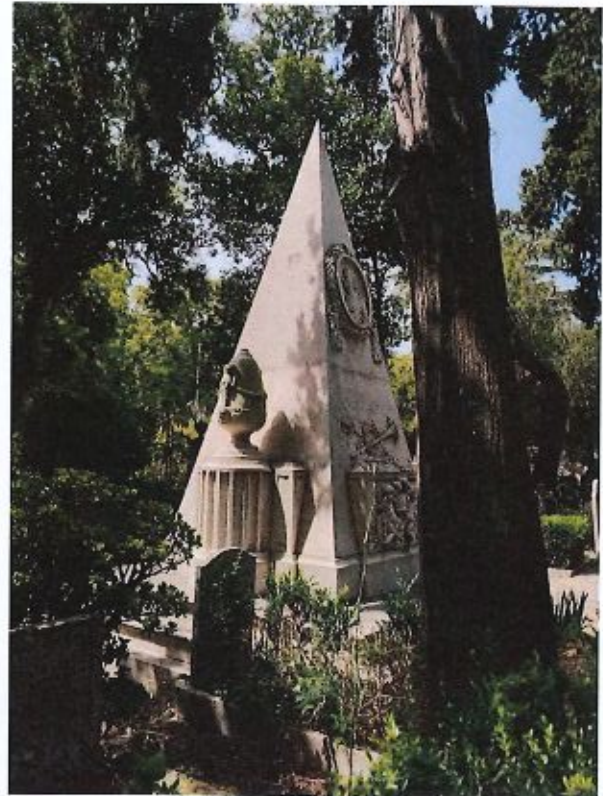


Fig. 35 – Túmulos do Jan e Daniel Gildemeester e do príncipe Christian August de Waldeck e Pymont.



Fig. 36 – Túmulo do Barão de Faigel.

A estes túmulos somam-se outros, mais tardios, mas pertencentes a personagens de estatuto (fig. 37), como o de William Stephens, reativador da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande (c. 1803), William Smith, cônsul britânico e suposto filho ilegítimo do rei George III (c. 1865), e o monumento comemorativo da Segunda Guerra dos Boers (1899-1902), quando Portugal recebeu diversos prisioneiros de guerra bóeres que aqui morreram. O monumento foi erigido em 1913, para lembrar todos os mortos, embora apenas um destes aí esteja sepultado.

O famoso túmulo de Henry Fielding, falecido em 1754, foi financiado por subscrição pública e levantado em 1830 (Fig. 38), desconhecendo-se o local original de sepultamento do escritor, e, na realidade, se são os seus restos mortais que repousam sob o monumento.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

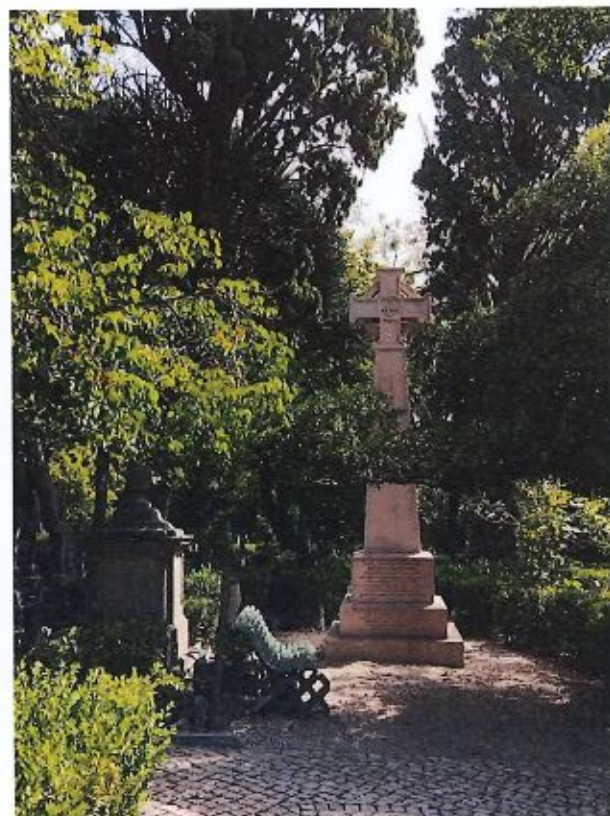


Fig. 37 - Túmulo de William Stephens (em duplicado, ao lado, está o do seu irmão Lewis) e monumento comemorativo da Segunda Guerra dos Boers.



Fig. 38 - Túmulo de Henry Fielding.

O túmulo, de gosto oitocentista e construído em granito, é composto por esquife encimado por urna flamejante e assente em ara retangular ornada com inscrições comemorativas, sendo o conjunto levantado sobre massivo pedestal, de efeito ao mesmo tempo austero e faustoso.

Em contraste com a pompa do túmulo de Fielding, algumas das outras sepulturas historicamente mais relevantes são de tipologia singela, pouco mais que inscrições destinadas a recordar os mortos. É o caso das sepulturas dos combatentes nas

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

guerras peninsulares e de combatentes da Commonwealth, neste último caso de formato regularizado, utilizado internacionalmente (Fig. 39).



Fig. 39 – Exemplos de sepulturas de combatentes da Commonwealth.

Muitos outros monumentos chamam a atenção durante a visita, quer por representarem casos de maior interesse histórico, como acontece com os mais antigos exemplos de túmulos dedicados a crianças em Portugal (Fig. 40), ou os primeiros túmulos românticos erigidos a mulheres⁸, ou porque se destacam pela sua beleza estética ou particular monumentalidade dentro do conjunto (Fig. 41). A sua fatura estende-se até ao presente, uma vez que o Cemitério Britânico de Lisboa continua em funcionamento, pelo que nele convivem exemplares de arquitetura funerária de estilos historicistas, Georgiano, Regency e Vitoriano, com monumentos modernos.



Fig. 40 – Armas no túmulo de Thomas Bradley, falecido em 1749, com 3 anos de idade.

⁸ Francisco QUEIROZ, 2014, p. 47.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

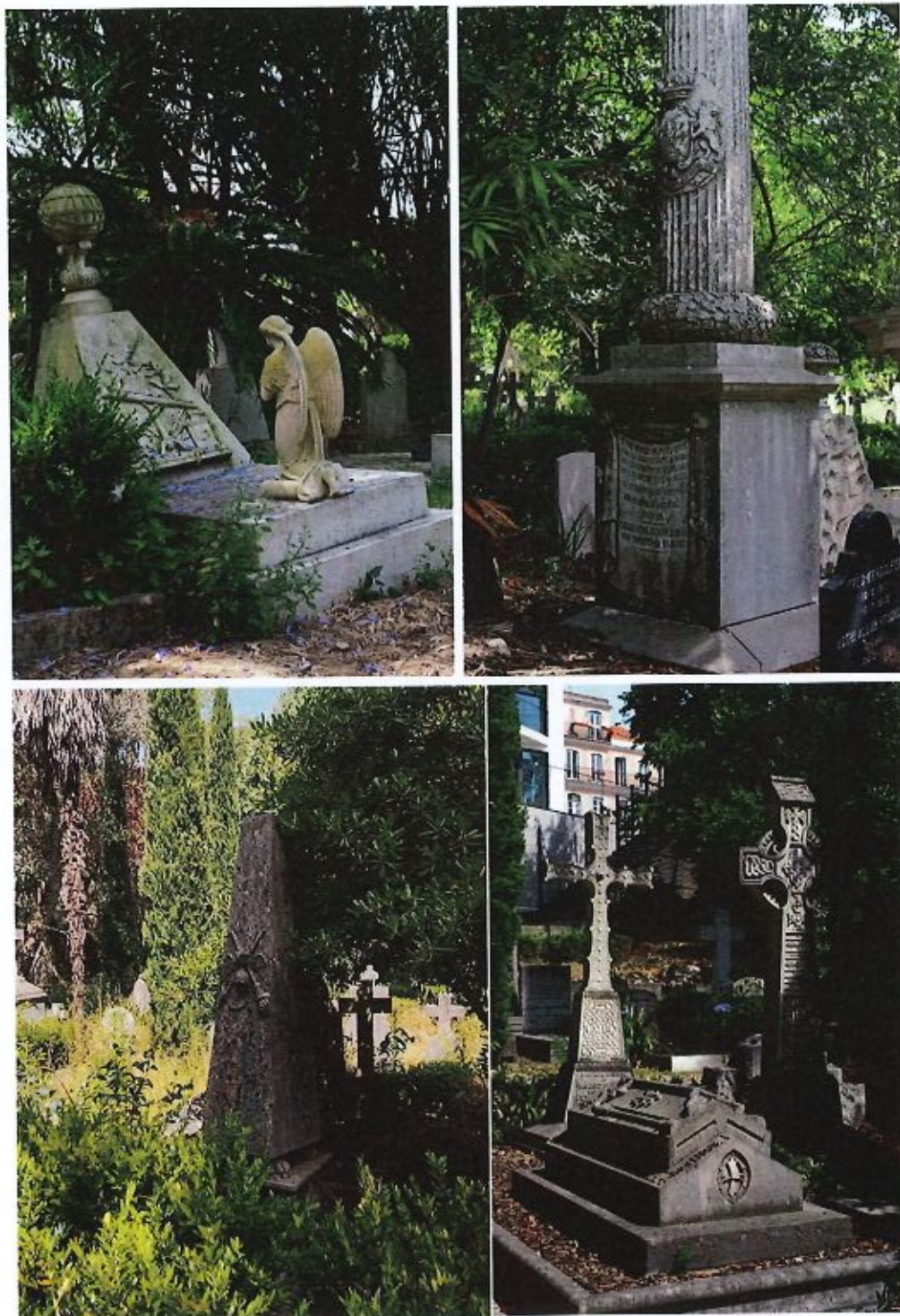


Fig. 41 - Túmulos de Carl Ludwig Christian Rümker, astrónomo, cujo túmulo integra alusões à sua profissão, de Joust Peter, ministro residente da Holanda em Portugal, de Darlaston Shore, um dos fundadores dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, e conjunto de cruzes coltas.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Conclusão

O Cemitério Britânico, centrado pela Igreja de São Jorge (Fig. 42) apresenta-se, assim, como um dos mais antigos locais de enterramento em uso contínuo na Europa, e o mais antigo em Portugal. Não constituindo, exatamente, um recinto monumental, encerra túmulos de reconhecida importância histórica e valia arquitetónica e artística, incluindo aquele erigido a Henry Fielding, seguramente o mais famoso do cemitério, ainda que não o mais interessante do ponto de vista plástico.

Na realidade, e segundo Francisco Queiroz, aqui se encontra «o único núcleo de túmulos barrocos ao ar livre, em Portugal, e possivelmente o maior núcleo de túmulos barrocos no nosso país», sendo reconhecido que «fora da sua pátria, os britânicos foram menos comedidos no culto aos mortos e, além do mais, como nos seus cemitérios eram sepultados falecidos de outras nacionalidades, os cemitérios britânicos fora da Grã-Bretanha tendiam a ser proporcionalmente mais monumentais, e a receber túmulos de certo aparato em datas relativamente recuadas».

A sua tipologia de cemitério-jardim, algo selvagem, e pontuado por cruces celtas, faz dele um caso pouco habitual no nosso país, evocando uma paisagem romântica de influência inglesa, com conotações edénicas, ainda que não diretamente assumidas pelo espírito nórdico e protestante.

A evolução do seu território está intimamente relacionada com a história da comunidade inglesa (e, em certa medida, com a história da comunidade neerlandesa) em Portugal, e com o desenvolvimento urbanístico da zona de Lisboa (Estrela) onde se insere. Neste último âmbito, pode, até, dizer-se que a evolução do seu contexto urbano não terminou, em face dos empreendimentos urbanísticos em construção na sua vizinhança imediata, que já causou a alienação de boa parte dos terrenos que completavam o contexto histórico e cultural deste local.



Fig. 42 – Traçado do Cemitério Britânico de Lisboa.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Questões jurídicas

Fazemos notar que em 16 de fevereiro deste ano solicitei à Sr.^a Chefe da Divisão Jurídica e de Contencioso apoio jurídico prévio, sobretudo por dúvidas relacionadas com a propriedade do imóvel em causa, pertencente à Coroa de Inglaterra (documento em anexo). O parecer solicitado (Informação n.º 7/DJC/2024, CS 7179) foi-nos encaminhado no dia 27 de fevereiro. Embora deste parecer se retire, indubitavelmente, uma resposta afirmativa quanto à legitimidade da instrução do procedimento de eventual classificação do Cemitério Britânico de Lisboa, cremos que algumas dúvidas ficaram por esclarecer. A primeira destas respeita à distinção entre a titularidade da propriedade (que, naturalmente, será secundária ao interesse cultural e de salvaguarda do bem), e a questão das servidões administrativas dos territórios que se possam (ou não) considerar estrangeiros. A este propósito, recordamos que (conforme se pode ler no sistema de informação), a Embaixada dos EUA requereu a classificação de uma capela situada nas instalações da própria embaixada (antiga Quinta do Pinheiro, Avenida das Forças Armadas, Lisboa), mas retirou o requerimento em 13-05-2015, «por se tratar de território dos EUA, onde iriam ser criadas servidões administrativas de Portugal caso fosse determinada a abertura do procedimento de classificação». Salvo melhor opinião, parece que este género de condicionalismos ultrapassa a mera questão da propriedade.

No parecer (parte III, 8) é, ainda, dito, em relação à legitimidade da instrução do procedimento, que «A nossa resposta só pode ser afirmativa, caso seja o requerente um Estado estrangeiro - dado a confirmar através da Conservatória do Registo Predial - ou mesmo que exista interesse oficioso em tal classificação». Ora, nem o requerente é um Estado estrangeiro, nem os administradores do Cemitério mostraram, até à data, interesse em colaborar no procedimento.

Por fim, cremos que a comparação feita no parecer jurídico com a abertura do procedimento de classificação do Cemitério Britânico e Igreja Anglicana de St. James, no Porto, não responde às nossas dúvidas, porque este imóvel é pertença de particulares; mais uma vez, trata-se da questão de uma simples titularidade, e não da possibilidade de estarmos diante de um território sujeito a servidões administrativas mais melindrosas.

Desta forma, voltámos a solicitar à então chefe de divisão, a 1 de março do presente ano, novo esclarecimento sobre o parecer recebido, de forma a tentar (re)iniciar os contactos com a Greater Lisbon Chaplaincy sem arriscar constrangimentos à instrução da classificação. Foi opinião superior que o parecer jurídico já recebido era suficiente, pelo que estas últimas questões não chegaram a ser endereçadas à Divisão Jurídica e de Contencioso. É, portanto, este o contexto no qual a presente Informação foi elaborada.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

O Cemitério Judaico da Estrela

Por fim, recordamos a questão do pequeno cemitério judaico, alienado pelos proprietários do cemitério juntamente com os restantes lotes hoje pertencentes ao Grupo Mello RDC / Arquimelo 2, S.A., e atualmente coberto com uma pérgula, de forma a ficar resguardado da visão a partir do novo condomínio. Trata-se de um talhão com campas singelas, sem particular interesse artístico, mas com evidente interesse histórico; ademais, embora pareça garantida a sua continuidade, sabe-se que pelo menos uma campa já foi danificada durante as obras (de forma inadvertida, mas, igualmente, indesculpável).

No que respeita à salvaguarda das sepulturas, é de notar que o contrato-promessa de compra e venda celebrado entre a Secretaria de Estado para os Negócios Estrangeiros e Commonwealth do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a Arquimelo 2, S.A. disponível online (em www.am-lisboa.pt, página da Assembleia Municipal de Lisboa) prevê «a observação de uma distância de 3 metros acima e uma distância vertical suficiente abaixo das campas, relativamente a qualquer construção ou escavação que venha a ser realizada pela segunda outorgante na área do Cemitério Judaico, de maneira a assegurar que as campas não serão perturbadas de qualquer maneira», texto que, a nosso ver, não dá qualquer garantia de que, no futuro, o contexto físico deste cemitério não virá a sofrer alterações significativas.

Daqui decorre que, em paralelo à presente proposta, será analisada a pertinência de uma eventual classificação do Cemitério Judaico da Estrela.

5. PROPOSTA

Fundamentação da proposta de classificação

Foram analisados os elementos da instrução da proposta de classificação, com base nos critérios genéricos de apreciação preconizados no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, bem como nos valores que o interesse cultural relevante de um bem deve necessariamente refletir, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, tendo em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Assim, foram considerados:

- a) O interesse histórico, social e cultural do Cemitério Britânico de Lisboa, o mais antigo cemitério da capital, influenciador da fase inicial do Cemitério dos Prazeres, e recinto onde estão sepultadas diversas personalidades internacionais (e nacionais), incluindo nomes tão relevantes como o de Henry Fielding, autor da obra literária Tom Jones, considerado por muitos como o pai do género novelístico inglês;
- b) O interesse artístico e arquitetónico de diversos túmulos aqui presentes, recordando, ainda, que integra «o único núcleo de túmulos barrocos ao ar livre, em Portugal, e possivelmente o maior núcleo de túmulos barrocos no nosso país», a que se soma a presença da Igreja de São Jorge, reconstrução do primeiro templo que a comunidade anglicana pôde levantar em Portugal, e que constitui um exemplo com algum interesse de arquitetura revivalista (*Romanesque Revival*), animada por um harmonioso conjunto de vitrais de factura inglesa;
- c) O seu interesse como testemunho da história das relações entre protestantes e católicos em Portugal, dentro do contexto europeu;
- d) O seu interesse paisagístico, de um ponto de vista essencialmente cultural, composto pela íntima relação entre os monumentos e a vegetação envolvente, de peculiar evocação nórdica;
- e) A sua relação com o desenvolvimento urbanístico daquela zona da cidade de Lisboa, desde a sua fundação nos alvares de Setecentos até aos dias atuais, quando permanece como testemunho fundamental da antiga presença britânica no local, e espaço verde de notória importância natural e ambiental na continuidade do Jardim da Estrela, permanecendo um e outro como testemunhos da antiga cerca conventual do Noviciado de São Bento e das propriedades rurais do antigo arrabalde;
- f) A perda progressiva que se tem verificado do seu secular contexto histórico, social e cultural, desaparecidos que são o Hospital Inglês e a sede dos Lisbon Players, entre outros marcos da comunidade britânica em Lisboa.

Conclui-se desta análise que o Cemitério Britânico de Lisboa assume valor patrimonial de interesse nacional, respondendo a vários dos critérios genéricos de apreciação presentes no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, nomeadamente: a) O carácter matricial do bem; c) O interesse do bem como testemunho simbólico; d) o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos, e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Cadastro, Inventário e Classificações

Reflete ainda valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, que reforçam o seu interesse cultural relevante dentro do universo do património cultural nacional.

6. PROPOSTA DE DECISÃO

No âmbito da proteção do património cultural, e atendendo à análise feita, propomos a abertura do procedimento de classificação do Cemitério Britânico de Lisboa, na Rua de São Jorge, 6, Lisboa, freguesia de Campo de Ourique, concelho e distrito de Lisboa, conforme planta anexa.

À consideração superior,



Sílvia Leite

Técnica superior